



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 61ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada de forma híbrida, no Plenário da CMJP, aos 23 dias do mês de novembro do ano de 2023.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (AVANTE)

Primeiro-Secretário

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira – Marcílio do HBE (PATRIOTA)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão Pelo Bem (PATRIOTA)
Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)
Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (CIDADANIA)
Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (PMB)
Vereador Carlos Gustavo Gomes de Oliveira – Guga (PROS)
Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)
Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)
Vereador Emmanuel Bezerra dos Santos (PV)
Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (PV)
Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (MDB)
Vereador José Luiz Pereira Gonçalves – Bispo José Luiz (REPUBLICANOS)
Vereador Junio Leandro Azevedo de Macedo – Junio Leandro Agente de Saúde (PDT)
Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)
Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PATRIOTA)
Vereador Ronivon Ramalho Diniz – Mangueira (PP)
Vereador Thiago Nóbrega de Lucena (PRTB)

Lista de vereadores presentes de forma virtual

Vereador Luís Flávio Medeiros Paiva – Dr. Luís Flávio (PSDB)
Vereador Marcos Bandeira Pequeno (PMB)

Ausentes com justificativa: Vereadores José Freire da Costa – Zezinho Botafogo (CIDADANIA) e Gabriel Carvalho Câmara – Professor Gabriel (AVANTE).

Ausentes: Vereadores Bruno Farias de Paiva (CIDADANIA), Durval Ferreira da Silva Filho (PL), Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE), Marcos Alexandre de Oliveira Lima Sobreira – Coronel Sobreira (MDB) e Marmuthe de Souza Cavalcanti (REPUBLICANOS).



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 10h, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária e convido o vereador Bosquinho para ler o texto bíblico”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Primeiro-Secretário procedeu à leitura dos documentos do expediente em mesa*. Em momento posterior, o Sr. Presidente colocou em votação a ata da 60ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e aprovada.

Requerimento SN/2023 – Autoria: GVZB

Assunto: Justifica ausência do vereador Zezinho Botafogo nesta sessão.

Justificativa Oral – Justifica ausência do vereador Prof. Gabriel Câmara nesta sessão.

1.1 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

1.1.1 Discussão das indicações em destaque:

Não houve.

1.1.2 Discussão dos requerimentos em destaque:

Não houve.

1.2 Comentários

O Sr. vereador Marcílio do HBE disse: “Bom dia, nobres vereadores, bom dia às pessoas que estão aqui na galeria. Hoje, eu queria, através de um apelo das escolas privadas da cidade de João Pessoa, e ontem ficaram impressionadas com a nota que viram ser publicada, através do Procon municipal, através do Sr. Rougger, aonde ele praticamente abona, ele se solidariza com a lei do calote nas escolas. Ele vem dizer que é injusto, é ilegal o pai que é caloteiro poder matricular seu filho em outra escola sem apresentar um recibo de comprovante que ele quitou a escola anterior. Isso, a gente chama de carrossel do calote. Hoje, o pai, pelo filho não ser impedido de assistir à aula, vir fazer suas atividades acadêmicas, que é normal, a criança não merece passar por esse constrangimento, mas que a escola que



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

está recebendo no ano posterior, qualquer escola ou até mesmo aluguel, se você for fazer uma imobiliária, você tem que apresentar recibo de quitação, comprovação de pagamento de água, luz, e a escola que está recebendo o aluno fica proibida de exigir um recibo de quitação da escola anterior pelos pais. Mas, olha, se você pega um pai que dá um calote numa escola, paga só a matrícula, passa, às vezes ele paga meses usando do serviço da escola, a escola tem salários, tem impostos, tem água, tem energia, enfim, no custeio. Como é que essa escola vai se manter através da lei do calote, que o diretor do Procon, Rougger, diz que é ilegal a escola cobrar um recibo de quitação da escola anterior pelo pai? Como é que pode um negócio desse? E eu quero dizer aqui que toda escola privada de João Pessoa terá o meu apoio e a minha luta contra essa aberração que o coordenador está tomando no Procon municipal. Não receba aluno de outra escola sem a comprovação do pagamento do ano anterior pelo pai. Não receba, escola privada. Nós vamos brigar na Justiça, seja onde for. Conte com o mandato do vereador Marcílio do HBE porque eu conheço essa dor e sei o quanto é dolorido passar o ano todinho. Eu desafio qualquer um aqui que queira trabalhar o ano todinho sem receber salário. Marcílio do HBE apoia as escolas privadas de João Pessoa”.

O Sr. vereador Marcos Henriques apresentou vídeo de seu “Mandato Itinerante”, que trata sobre críticas às más condições para tratamento da saúde bucal da população de João Pessoa. Disse: “Eu queria dizer que eu estive lá alguns meses atrás e tudo isso que eu identifiquei ontem eu denunciei aqui nessa tribuna. Um gabinete odontológico há dois anos sem funcionar. Ali, na Bom Jesus, no Qualidade de Vida, quatro gabinetes com profissionais e sem insumos. Um ar-condicionado que quebrou lá, passaram um ano e meio pra colocar. Essa é a responsabilidade que a Prefeitura tem sobre a saúde bucal da cidade de João Pessoa. Queria me solidarizar com todos os profissionais que ganham bem abaixo daquilo que é pra ganhar e queria, ao mesmo tempo, agradecer à presidente do Sindicato dos Odontólogos, Joana Batista, que esteve comigo constatando toda essa falta de empatia, todo esse descaso da saúde bucal na cidade de João Pessoa. Fica aqui essa contribuição pra que a Prefeitura possa visitar esses lugares. E é inconcebível dois anos parados, sem funcionar. No Rangel I, nem a placa colocaram. Então eu não posso ficar calado diante disso e espero medidas urgentes da Prefeitura Municipal de João Pessoa”.

O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Presidente, Srs. vereadores, eu venho trazer um tema recorrente, mas extremamente preocupante, que é a situação do Centro Histórico da nossa cidade em relação à segurança pública. Toda a Paraíba sabe que nós temos um escritório há 75 anos no mesmo local, hoje não é mais o cartório Pessoa Milanez, mas é um escritório nosso, e com muita tristeza esta semana foi mais um dos locais arrombados, roubados, saqueados, não só o nosso escritório, mas foi assim com Waldir Acessórios, foi assim com Túlio Bicletas, é assim com todo o comércio do Centro Histórico. É um negócio que passou do limite do aceitável e é um questionamento diário que se faz: por que o Centro Histórico da gente, hoje, não tem a segurança necessária para que o comércio continue funcionando? Não adianta eu vir discutir que vou dar decréscimo de imposto, que vou liberar IPTU, que vou liberar o ISS, se o mínimo, que é ter condições de manter o estabelecimento aberto com segurança, nós não temos naquela região. O Poder Legislativo municipal, a Câmara Municipal de João Pessoa, já foi assaltada três vezes em 60 dias, como é que eu posso falar em reorganizar o Centro Histórico se eu não estou conseguindo dar o mínimo? E não adianta, vereador Tarcísio, culpar a Polícia Militar, culpar a Polícia Civil, enquanto a gente não falar de forma concreta, não começar a discutir como um todo uma solução a ser dada para aquela região, não adianta culpar o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal, porque, infelizmente, o poder municipal da gente foi assaltado, com segurança própria. No meu estabelecimento, arrombaram pelo teto do prédio. Então, na verdade, o que eu venho



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

pedir aqui hoje, tem meu respeito o secretário Jean, mas que providências sejam tomadas para que a gente possa realmente devolver o mínimo ao nosso Centro Histórico, que é a segurança para que a gente possa trabalhar. Muito obrigado”.

O Sr. vereador Bosquinho disse: “Apenas dizer que na cidade de João Pessoa, mais precisamente no bairro do Geisel, mais uma ordem de serviço assinada que vai possibilitar a instalação, a implantação de mais um binário. Ajudando no quesito mobilidade urbana, na rua paralela, por trás da Central de Polícia. A Prefeitura está fazendo a implantação da pavimentação em asfalto, que receberá sinalização e ficará no sentido bairro-centro e a rua subsequente fazendo o papel contrário, possibilitando que possa fluir melhor as artérias que ficam prejudicadas com a movimentação, principalmente nos horários de pico. É importante também dizer que a Prefeitura pavimentou diversas ruas no João Paulo II e já está em processo a ordem de serviço para duplicação na Juscelino Kubitschek. A Prefeitura resolveu o problema do girador encostado ao campo do Santos. São esses os nossos registros”.

O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Obrigado, Sr. Presidente, em nome do Presidente, cumprimento a mesa, nosso seletor plenário, vereador Mikika, os que se encontram na galeria, os servidores da Casa que tão bem nos auxiliam, os que nos acompanham pela TV Câmara e demais plataformas. No pequeno expediente de hoje, Sr. Presidente, e demais vereadores, quero aqui deixar registrado nosso voto de aplauso que nós estamos encaminhando a essa Casa para o Exmo. Sr. Roberto Santiago, que é o proprietário do Shopping Manaíra. Esse empresário, essa pessoa humana, humana, Roberto Santiago, de forma surpreendente e inesperada, quitou a folha salarial dos funcionários do Hospital Padre Zé, mesmo com toda turbulência que vem assolando essa importante instituição de saúde do nosso município. O Sr. Roberto Santiago se colocou na pele daqueles que prestam serviço naquela unidade de saúde. O nobre empresário nos mostrou que é preciso sempre estarmos atentos às situações inesperadas e colocarmos toda a nossa capacidade de humanismo para salvaguardar aqueles que necessitam de ajuda. Podemos considerar que atitude do empresário Roberto Santiago nos mostra que instituição como o Hospital Padre Zé não pode ser culpada das ações ilícitas de quem o geriu. Então, não teria como nós não fazermos esse registro, vereador Mikika, a essa atitude tão nobre e tão humana, porque no momento que aquela instituição está passando por um momento difícilíssimo, então, temos que isentar a instituição, punir os culpados, aqueles que fizeram o mau uso dos recursos destinados a ela, mas não punir aquela instituição de forma alguma porque quem está ali precisando de cuidados médicos não tem culpa de erro de outros. Então, era isso que eu teria para registrar no pequeno expediente de hoje, parabenizar o empresário Roberto Santiago”.

O Sr. vereador Mangueira disse: “O que me traz aqui são coisas boas. Ontem, no final da tarde, eu estava passando lá no Cristo e o prefeito de João Pessoa está tendo uma felicidade, gratidão, e a ousadia de fazer todos os pedaços de rua que, há várias décadas, nenhum governante teve coragem de fazer. Ontem mesmo eu estava passando lá no Cristo, e eu tinha feito esse pedido por várias vezes, em várias envios de requerimento, e a gente teve a grata satisfação de ontem ser contemplado com um pedacinho da rua Vicente da Costa Filho, que já está sendo pavimentada. Hoje de manhã eu fui lá, às 6 horas da manhã, tinha um catador de reciclagem feliz demais, agradecendo à Câmara Municipal, agradecendo ao prefeito, agradecendo ao vereador Mangueira. E hoje a gente teve a satisfação, junto com toda a comissão da CFO, de aprovar mais R\$ 100 milhões para a Prefeitura de João Pessoa ter mais trato ainda com a pavimentação na cidade de João Pessoa. Vereador Marcílio também estava presente e a gente fica muito feliz, radiante, fica com vontade de trabalhar cada vez mais quando a gente vê que o nosso gestor está trabalhando em todos os segmentos. Ontem mesmo a gente assinou a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ordem para começar a construção do mercado do bairro do Rangel e eu quero aqui também, hoje de manhã já bati um papo com o secretário da Articulação, Diego Tavares, porque a gente precisa, porque tem pessoas da nossa gestão que parecem que a cabeça é de vento. Ontem a gente terminou uma reunião alegre, cordial, com o prefeito e os moradores e comerciantes do bairro do Rangel, e na mesma hora que a gente sai, o cara, diretor do mercado, vai dizer que na segunda-feira o povo tem que estar tudo na rua, tem que derrubar tudo. Não tem uma conversa, parece que a cabeça é de vento, não sei que inteligência é essa pra um diretor de mercado, porque na hora lá o prefeito, eu e os demais, a gente conversando com o povo, dizendo que ia ter uma adequação, que ia ter uma conversa com os feirantes, com os donos de boxes, com o pessoal da ração, com o pessoal do mercadinho, e na mesma hora a pessoa sai com outra história, e aí começa os telefonemas para o vereador. Hoje de manhã recebemos oito telefonemas pregando o terror. Não pode, aqui nós somos uma administração só. O prefeito fez um discurso belo, conversou com todo mundo, tomou café junto com os vereadores lá, e na mesma hora o cara vai pregar um negócio que não existe. A gente sabe que Cícero Lucena é do diálogo, Cícero é da conversa, é do trabalho e eu espero que, hoje mesmo a gente vai ter reunião com o povo e a gente vai decidir que o mercado vai ser construído, mas a gente também vai conversar e adequar às pessoas que no momento tentam tirar o sustento de suas famílias, e a gente está vivendo num momento crucial. Dezembro é o momento do comerciante que passou o ano todinho sofrendo e é o momento de ganhar algum dinheiro. Se chegar e retirar ele de uma vez e deixar ele sem o trabalho, fica pesado, né? Mas eu quero mais uma vez agradecer ao prefeito pela construção do mercado do Rangel, pelas pavimentações nas ruas, pelas melhorias nas escolas de João Pessoa, o bairro do Cristo e Rangel e todas as de João Pessoa, as escolas, estão todas sendo reformadas e as pessoas hoje preferem a escola do município. Obrigado, que Deus abençoe a nós todos”.

O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Eu queria manter minha coerência aqui e registrar o meu elogio ao evento da Parada Gay no domingo. Foi um evento ordeiro, não teve nenhum tipo de cenas obscenas como acontecem ao redor do Brasil, não tinha a presença de crianças. Então, a gente tem que dar a César o que é de César, quero parabenizar os organizadores, fomos olhar de perto o evento, as pessoas estavam atentas, os organizadores estavam atentos, inclusive posicionados de costas para o palco, olhando o que acontecia com o público. Então, a gente tem que buscar trabalhar para trazer a ordem e a gente também tem que saber reconhecer quando as pessoas fazem o seu ato correto. Isso aqui é uma prova de que eu não tenho nada contra a categoria, mas não ando um passo para trás sequer em defesa das nossas crianças. Vereador Marcos Henriques, o senhor estava lá presente no evento, estenda os meus parabéns ao pessoal que aqui esteve na Casa e que por um acaso assistam esse vídeo para que continuem com esse mesmo comportamento, porque se esse comportamento fosse mantido desde o começo, o meu projeto nem deveria ter sido protocolado, não teria nem a necessidade disso. Então, que isso continue, que se estenda e que as pessoas possam expressar a sua opção sexual, sua liberdade, seus direitos, sem precisar usar as crianças para isso. Quero também parabenizar e agradecer ao deputado federal Cabo Gilberto, que destinou uma emenda impositiva, emenda cidadã, para que a gente construa a primeira academia ao ar livre na zona sul da cidade. Vamos construir uma academia ou no bairro do Valentina ou no bairro de Mangabeira, num montante de mais ou menos de R\$ 400 mil reais, essa academia vai ser um pouco mais ampla do que a da praia e com uma variedade maior de equipamentos. Não sei em qual bairro a gente vai instalar, vamos fazer um estudo das praças que podem comportar essa academia. Estava ontem na Secretaria de Infraestrutura, com o secretário Rubens Falcão, já para determinar isso, e vai ser um marco, porque sempre me perguntaram o porquê de quando trazem essas melhorias a gente sempre coloca na orla, mas é porque a orla é um local propício para atividades físicas, mas a zona sul vai ter agora sim uma academia ao ar livre, a emenda já



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

está sendo mandada e logo, logo, se Deus quiser, a gente vai estar inaugurando essa obra e trazendo mais uma melhoria para os moradores da zona sul da nossa cidade. Era essa a novidade, obrigado”.

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Eu quero parabenizar V. Ex.^a pelo pronunciamento de hoje. V. Ex.^a, inclusive, que participou da reunião em que a gente recebeu a procuradora da República, Dr.^a Janaína, junto com a comissão LGBT, em nome de Andreina também, que V. Ex.^a participou e esse reconhecimento é nobre de V. Ex.^a. Quero lhe parabenizar no dia de hoje porque a gente sabe que as desigualdades e igualdades existem e administrar contraria interesses, seja de um lado ou de outro, mas a democracia é isso. Eu fico alegre quando a Câmara reconhece e não é você, por conta de um projeto, que V. Ex.^a poderia deixar de elogiar um movimento que foi ordeiro, que foi reivindicado, que aconteceu, que não proibiu que o evento existisse e quero parabenizar V. Ex.^a, no dia de hoje”.

Pela ordem, o Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Eu conversava com o vereador Tarcísio Jardim e eu falava com ele a respeito do elogio que ele trouxe hoje aos organizadores desse evento. Só reafirmar que votei no projeto do vereador Tarcísio por conta das crianças. Lugar de criança não é parada gay, não é em funk, não é em carnaval, não é em nada disso. Não é só em parada gay, não. Criança tem que ser criança. E quanto à opção sexual de quem quer que seja, cada um é livre pra escolher o caminho que quer seguir. Então parabéns pelo seu reconhecimento, vereador Tarcísio, e quero dizer que o seu projeto, votei nele e mantenho até o fim. Nada contra nenhum movimento, nenhum segmento, mas as crianças têm que ter o nosso olhar, nossa proteção”.

O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Eu resolvi me inscrever em razão da fala do vereador Marcílio do HBE, e por uma questão de justiça. Como todos sabem, eu fiz defesa do consumidor, e ainda faço, dirigindo órgão de defesa do consumidor por 16 anos da minha vida, e participei, quando da elaboração da Lei 9170/99, quando ela era uma medida provisória, ela regulamentava algo que nós estávamos extremamente preocupados, que era exatamente com a mensalidade escolar, ou anuidade. E o vereador Marcílio põe a culpa no secretário do Procon do município de João Pessoa, Dr. Rougger. Vereador Milanez, Rougger não está fazendo mais do que está na lei, é a obrigação dele. Se tem que modificar, que modifique a lei, e não criticar quem está cumprindo a lei. Eu sofri a mesma crítica, eu sou contra não pagar a mensalidade escolar do seu filho, porque gera uma cadeia, vai deixar de pagar o professor, vai deixar de pagar energia, vai deixar de pagar, inclusive, as obrigações perante o INSS. Eu entendo a situação das escolas, mas Rougger Guerra, não tenho procuração, eu apenas quero fazer justiça, ele está cumprindo o que está na lei, o que está na no Estatuto da Criança e do Adolescente. E digo mais, quem deve tem que pagar, e o pai que deve pode ser inscrito no SPC e a escola rejeitar aquele contato que não é feito com a criança, é feito com o pai dessa criança, o responsável, então se faça dessa forma. Agora, se houver alteração, que se faça na lei, e não naquilo que Rougger, ou quem quer que esteja dirigindo o órgão de defesa do consumidor, apenas para restabelecer e mostrar como se encontra essa situação das escolas do município de João Pessoa, e isso dista de muito tempo, desde o tempo que eu era do Procon estadual”.

1.3 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

1.4 Demais comunicações

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, agradeceu aos vereadores que abdicaram do seu tempo de fala no Pequeno Expediente para que fosse iniciada a Ordem do Dia. Informou que, havendo tempo, seria aberto o Grande Expediente. Ainda comunicou que, conforme acordado com os vereadores Bosquinho e Marcos Henriques, haveria votação de alguns projetos extrapauta.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Milanez Neto indagou quantos projetos extrapauta seriam votados na sessão.

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, informou que eram quatro (4) projetos para colher os pareceres dos membros da Comissão: 1. Coordenadoria de Igualdade Racial e Coordenadoria LGBT; 2. Remanejamento financeiro na Funjope; 3. Remanejamento financeiro da Setur; 4. Remanejamento financeiro Setur e Sead.

Prosseguindo a fala, o Sr. vereador Milanez Neto disse: “Fazer alerta que não podemos colher assinatura porque não houve a reunião da Comissão, vai ter que fazer agora extraordinária em plenário. Eu só pediria para V. Ex.^a que a gente colocasse os projetos extrapauta no painel para que a gente tome conhecimento”.

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Lógico que só vamos votar os projetos se houver parecer. Se não tiver quórum das Comissões, não será possível a votação”.

2 ORDEM DO DIA (*)**

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 01: PLO 925/2022

Autoria: Vereador Chico do Sindicato

Assunto: CRIA O PROGRAMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E VULNERABILIDADE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 02: PLO 1014/2022

Autoria: Vereador Chico do Sindicato

Assunto: CRIA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, O “PROGRAMA MUNICIPAL DE RESIDÊNCIA ESCOLAR” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 03: PLO 1037/2022

Autoria: Vereador Bruno farias

Assunto: INSTITUI NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA O PROGRAMA “DESCARTE CONSCIENTE”.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 04: PLO 1049/2022

Autoria: Vereador Bruno Farias

Assunto: INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA A “SEMANA DA CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO”, A SER COMEMORADA ANUALMENTE NA SEMANA QUE COMPREENDE O DIA 21 DE ABRIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 05: PLO 1061/2022

Autoria: Vereador Bruno Farias

Assunto: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O PROGRAMA "CUIDANDO DE QUEM CUIDA" NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de voto: O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Primeiro parabenizar o vereador Bruno Farias e destacar uma feliz coincidência, que esse projeto de lei, o nome, inclusive, é idêntico ao programa que eu fiz através de uma emenda impositiva que eu destinei e é um projeto de lei que a gente quis fazer, mas não passou. Aí só para parabenizar o plágio. Obrigado, Sr. Presidente”.

ITEM 06: PLO 1073/2022

Autoria: Vereador Tanilson Soares



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DE MUSICOTERAPIA COMO TRATAMENTO TERAPÊUTICO COMPLEMENTAR PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, SÍNDROMES E/OU TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Importantíssimo esse projeto. Inclusive, o meu menino faz musicoterapia. Isso incentiva a fala e é bastante importante esse projeto do vereador Tanilson”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 07: PLO 1194/2022

Autoria: Vereador Bruno Farias

Assunto: ESTABELECE O DIREITO À PRESENÇA DE UM INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS, PARA ACOMPANHAR AS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL, O TRABALHO DE PARTO E AS CONSULTAS NO PUERPÉRIO, DAS GESTANTES, PARTURIENTES E PUÉRPERAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 7.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 08: PLO 1316/2023

Autoria: Vereador Marcos Henriques

Assunto: RECONHECE A FESTA DE IEMANJÁ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 0; abstenções: 1 (Eliza Virgínia); ausentes: 7.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 09: PLO 1365/2023

Autoria: Vereador Valdir Dowsley – Dinho

Assunto: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DO EXECUTIVO PARA CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE INCENTIVO FISCAL DESTINADO A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA CESTA BÁSICA A PREÇO DE CUSTO PARA PESSOA QUE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE FINANCEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública, Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 7.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 10: PLO 1382/2023

Autoria: Vereadora Eliza Virgínia

Assunto: RECONHECE O CRISTIANISMO COMO MOVIMENTAÇÃO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Presidente, nós sabemos que nos editais culturais do nosso Brasil, da nossa Paraíba e o último agora, inclusive, eles não colocam a música gospel, a música cristã, católica como uma possibilidade das opções das pessoas estarem também se inscrevendo nos editais e participando dos valores que são comprometidos para a cultura. Colocando o cristão como movimento cultural, como já é a nível nacional, facilita e, pelo menos, vamos ver se os fazedores dos editais se lembrem, porque muitas das vezes as pessoas que são cristãs acham que estão alijadas dos editais, que não podem participar por serem do movimento cultural cristão. Então, assim, com essa lei sendo aprovada e sancionada pelo Prefeito, nós vamos estar mais uma vez ratificando: o movimento cultural do município de João Pessoa existe, é legítimo e pode participar, sim, de editais da cultura. Obrigada, Presidente”. O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Presidente, uma das coisas mais estarecedoras desse país é a intolerância religiosa. Sou cristão, mas esse país é de todas as religiões porque todos pagam impostos e mantém essa Casa. Com todo respeito, a vereadora se absteve em um projeto de lei anterior parecido, mas com referência à festa de Iemanjá. Em seguida, votou em relação a movimentação cultural pró cristianismo. Sou cristão, Sr. Presidente, mas eu acho que todas as religiões devem ter nosso respeito, haja vista que todos eles são pagadores de impostos e cidadãos brasileiros. Obrigado, Sr. Presidente”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 7.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 11: PLO 1417/2023

Autoria: Vereador Zezinho Botafogo

Assunto: INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, O SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DENOMINADO “PARCEIROS DA JUVENTUDE”, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 12: PLO 1455/2023

Autoria: Vereador Marcílio do HBE



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA A “PROCISSÃO DA VIA SACRA” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de voto: A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Pra não dizer que, depois da fala do vereador Junio Leandro, eu votei no projeto de Marcílio. Ontem esse projeto esteve na Comissão de Políticas Públicas, Marcílio, e eu votei a favor do seu projeto. Votei contra o outro projeto, é uma questão de identidade, é uma questão de consciência, é questão de opinião. Então, assim, eu não vou ser pautada por ninguém: por movimento LGBT, por movimento de consciência negra, de nada. Isso é da minha consciência. Votei no projeto do vereador Marcílio do HBE, a procissão do pessoal da Igreja Católica. Qual o problema nisso? Mas não votei no outro. Uma questão de consciência e do que eu acho que eu devo ou não votar nessa Casa. Pronto, é só isso, Presidente”.

ITEM 13: PLO 1518/2023

Autoria: Vereador Bruno Farias

Assunto: CRIA O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A SÍFILIS E SÍFILIS CONGÊNITA NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 14: PLO 1558/2023

Autoria: Vereadora Eliza Virgínia

Assunto: INSTITUI O PROGRAMA DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Sr. Presidente, alguns projetos de lei, de autoria do nosso mandato, foram barrados na CCJ justamente por causa de um termo que está explícito no artigo 1º: ‘Fica autorizado ao Executivo Municipal’. E aí eu gostaria de ouvir a manifestação de algum membro da CCJ, por que é que projetos autorizativos de nossa autoria não passam na CCJ e esse projeto, projeto autorizativo, já tem pacificação de que não é competência de vereador, eu ouvi isso já em reunião da CCJ, e esse projeto tramitou sem nenhum problema até chegar ao plenário? Então, Sr. Presidente, sabendo da inconstitucionalidade do projeto, já declaro meu voto contrário”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Sr. Presidente, fizemos esse debate há pouco na Comissão de Orçamento e, primeiro, eu quero exaltar o respeito que tenho ao Exército Brasileiro, que tem as suas funções pré-definidas, as suas funções são guardião de nossas fronteiras, tem uma série de prerrogativas que garantem a nossa soberania. No entanto, se desviar a função do Exército, dos militares, para outras, a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

história nos mostra que não dá certo. Vou dar alguns exemplos. No governo passado, se colocou militares em ministérios chaves e a gente viu a desgraceira que foi. Colocar militares onde eles não tem o devido treinamento para isso é a gente estar insistindo no erro, quem tem que educar são professores formados e pedagogos. Então essa história de dizer de doutrinação ideológica é um argumento totalmente infundado. É um tipo de, vamos dizer assim, de desvio de função que eu acho totalmente descabido”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “É engraçado como a esquerda odeia disciplina. Eu quero colocar que continuem as escolas cívico-militares, que o governo Lula quer destruir, já decretou aqui, escola cívico-militar acabou no Brasil, onde um decreto do governo federal, publicado na sexta-feira, 21 de julho, revoga documento editado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro que criou o programa nacional das escolas cívico-militares. O que eu quero tão somente é que a Prefeitura abrace esse programa e continue com esse programa para não ter um monte de Ludmilla, que esqueceu do Hino Nacional, agora, semana passada, a ministra Margareth Menezes esqueceu o Hino Nacional. Então, assim, para aprender o Hino Nacional, para aprender a ter respeito aos pais e aos professores, a escola cívico-militar preza pela disciplina, pelo respeito e pelo estudo também”. O Sr. vereador Carlão disse: “O chefe do Executivo manter o programa das escolas cívico-militares mais do que a valorização dos símbolos nacionais, mais do que a valorização das pessoas que concordam, que têm respeito ao Hino Nacional, à Bandeira, é apresentar uma forma de educar diferente, uma forma que visa a sabedoria, que visa a metodologia do ensino, que visa o estudo científico. Quando a gente fala de programa de escola cívico-militar, a gente está falando em boa educação, em bons professores, em bons ensinamentos, e boas crianças e bons jovens serão bons adultos. A gente está buscando uma educação melhor”. O Sr. vereador Bispo José Luiz parabenizou a vereadora pela proposta e disse: “No passado, as escolas formavam os alunos, tinha o Hino Nacional cantado, o patriotismo da nação. Hoje não se vê mais isso nas escolas. Temos que resgatar nosso patriotismo, o respeito aos nossos símbolos nacionais, à Bandeira, ao Hino Nacional e demais hinos da nossa pátria”. O Sr. vereador Dr. Luís Flávio disse: “Eu me lembro, quando criança, que tínhamos a matéria de Moral e Cívica, onde recebíamos lições de cidadania e brasilidade. Estamos em um país continental, as escolas cívico-militares não servem obrigatoriamente para formar militares, mas para dar noções da ordem, da família e dos nossos valores. Acredito que as escolas cívico-militares fazem um grande papel complementar na educação do Brasil, sou a favor”. O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Presidente, apenas elogiar o projeto da vereadora Eliza, parabenizar e dizer que a falência de uma nação se dá a partir do ponto da perda do patriotismo, cidadãos que não sabem cantar o Hino da sua nação, crianças que não sabem respeitar o nosso estandarte, nossa Bandeira Nacional, uma sociedade que não define o valor, o qual milhões de vidas foram perdidas para que a gente vivesse na sociedade que a gente vive hoje, realmente, preocupa o futuro que a gente espera para o nosso país. Então, as escolas cívico-militares, como bem falou o vereador Luís Flávio, não vem para criar militares, mas para colocar disciplina, para patriotismo, respeito à hierarquia, organização. Eu fui criado dessa maneira, como foi bem falado também, a gente tinha como costume o hasteamento da Bandeira Nacional, cantar o Hino, isso foi perdido com o tempo e eu acho que isso é um fator que vem contribuindo para essa decadência social que a gente vem vivendo, as pessoas perdendo o seu conceito e perdendo a essência do que é ser uma nação. Graças a Deus o Brasil não precisou passar por guerras, literalmente, declaradas, como outras nações do mundo passaram, então, a gente não precisa provar do ruim para aprender a mudar e reconhecer o valor da nossa nação”. O Sr. vereador João Bosco – Bosquinho – disse: “Sr. Presidente, antes de me ater ao tema discutido, eu peço a inversão de pauta, tendo em vista vários vereadores que têm compromissos, para que a gente possa colocar em primeiro plano os projetos para o desenvolvimento do nosso município. E agora, fazendo a discussão do projeto, eu lembro da nossa guerra, vereadora Eliza, eu e V. Ex.^a, na última hora, atrás da secretária de Educação e do antigo



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

prefeito, na tentativa de conseguirmos que o município entrasse na internet e fizesse a adesão para o MEC, para a escola cívico-militar ser implantada, na Escola Chico Xavier, no bairro do Bessa. E aí, nós tivemos agora recentemente uma plenária da ‘Câmara no seu bairro’, onde os moradores do bairro do Bessa se apresentaram lá, várias senhoras. Eu quero dizer, Sr. Presidente, que podem falar mais alto que não vão atrapalhar a minha fala porque eu, quando eu estou defendendo o tema, eu não paro, eu quero dizer a V. Ex.^a e a todos os vereadores que o respeito da fala de todos os vereadores aqui, agora, está difícil de falar na Câmara sem os amigos fazerem a devida permissão. Eu queria dizer que apoio o projeto e que a gente possa esquecer essa questão ideológica. Nós temos escola militar, escola pública, escola privada, escola estadual, escola municipal, o que vale, realmente, de fato, é o que essa escola conseguiu fazer. Nós tínhamos toque de recolher, tinha menino com 13 anos lá que ameaçava professor e fechava a escola, lá no Bessa, e depois da implantação da escola cívico-militar acabou com isso, ou seja, trouxe a paz, além de todas as outras funções que os amigos que me antecederam trouxeram, que é questão do Hino Nacional e tudo. Ou seja, quando a experiência é boa, devemos repetir. Então já adianto meu voto favorável ao projeto”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Eu escutei atentamente os colegas e recordei que o vereador professor Luís Flávio falava do que estudei no primário: educação moral e cívica, organização social e política do Brasil, e era justamente respeitar os símbolos, cantar o Hino Nacional. Mas eu me lembrei também, vereador Marcos, do meu tempo de universitário, quando eu não podia nem cantar, era proibido você se expressar. Eu tenho medo de radicalismo, eu sou contra radicalismo de esquerda e radicalismo de direita, eu não posso criar uma escola com um cunho único e exclusivamente político, eu tenho que criar uma escola que cante o Hino Nacional, que cante o Hino da Paraíba, que cante o Hino de João Pessoa, que respeite os símbolos, seja uma escola que se volte para educação, como vi hoje pela manhã uma escola do município dando exemplo para o Brasil num projeto, essa é a escola que eu quero, não uma escola única e exclusivamente para bater continência para quem quer que seja. Votarei contra”. O Sr. vereador Toinho Pé de Aço disse: “Eu também não poderia deixar de dar os parabéns à vereadora Eliza neste momento. Eu acho que até disciplina as crianças e adolescentes dentro das escolas. Eu tenho um exemplo de uma escola, justamente a Anthenor Navarro, talvez os vereadores não sabem quem é o professor, diretor, Jesualdo, ele todo mês tem essa organização de botar todos os alunos para cantar o Hino Nacional e eu também quero aproveitar para dar os parabéns ao professor Jesualdo da escola Anthenor Navarro”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 15; contrários: 04 (Junio Leandro, Marcos Henriques, Odon Bezerra, Mikika Leitão); abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1^a e 2^a discussão.

Declaração de voto: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu queria muito que a gente, pelo menos, antes de discutir a escola cívico-militar, discutisse a merenda da escola que eu denunciei aqui a péssima qualidade, e eu acho que esse projeto é totalmente contraditório porque você tem aqui 87% de redução na educação. Vamos investir em políticas de extensão, vamos investir também na questão do salário da política de extensão porque aí você estaria dando um passo muito alto. Para finalizar, eu quero dizer que eu, no meu colégio Instituto La Salle, na Vasco da Gama, cantava o Hino Nacional, recebi as questões e nem por isso o colégio era cívico-militar. Acho que nós precisamos sim discutir as escolas, o estudo, porque dessa forma é complicado, e não é porque uma pessoa errou o Hino Nacional que você vai trazer isso. Isso é uma forma de desvirtuar a questão principal, que é alienação das escolas”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Escola cívico-militar não é apenas cantar Hino Nacional, mas é ensinar respeito, ensinar que existe hierarquia, que hoje em dia tem professor que está apanhando de aluno na cara. É aluno que sai... vá perguntar às mães das escolas cívico-militares se elas querem tirar seus filhos de lá, vá perguntar a fila que aguarda para entrar, porque, infelizmente, o



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

mimimi atual e o politicamente correto é não dizer não a bichinho de filho, e na escola cívico-militar tem ordem e o governo tem muito medo de ordem e progresso. Que bom que tem escola cívico-militar no nosso município”.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Bosquinho disse: “Sr. Presidente, no início da minha fala anterior, eu tinha feito essa solicitação e que V. Ex.^a possa consultar...”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, esclareceu: “V. Ex.^a solicitou que fosse incluso. Eu autorizei colocar as matérias extrapauta, mas a solicitação, V. Ex.^a tem que solicitar. A inversão de pauta tem que ser pedida, não é à minha mercê”. O Sr. vereador Bosquinho explicou: “A inversão de pauta é devida a alguns compromissos de alguns vereadores, que já falaram comigo que vão ter que se retirar, para que a gente não tenha um prejuízo no quórum”. O Sr. Presidente disse que concordava, mas insistiu em que a inversão de pauta precisava ser solicitada e comunicou: “Então, vamos agora inverter a pauta devido ao quórum e aí, a gente precisa ter os pareceres das comissões porque esses projetos, inclusive, o que o vereador Marcos Henriques pediu, ainda falta parecer. Então, passo ao Presidente da CCJ, que vote a primeira matéria do Executivo e colha os votos dos membros”.

A partir desse momento, ocorre a abertura extraordinária da reunião da CCJRLP para apreciação de pareceres dos seguintes projetos: PLO 1806, PLO 1821, PLO 1822 e PLO 1824. Em seguida, foi aberta também reunião extraordinária da CFOOAP e, em momento, da CPP.

Reunião Extraordinária da CCJRLP

PLO 1806/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA SEDEC/FUNJOPE ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 1MI)

Parecer oral: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. vereador Odon Bezerra foi escolhido relator e deu parecer favorável à matéria. O Sr. Presidente da CCJRLP, vereador Thiago Lucena, abriu a discussão no âmbito da comissão, mas houve consenso entre os membros.

Votação (**):** favoráveis: 5; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 2.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Thiago Lucena, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

PLO 1821/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA SECRETARIA DAS FINANÇAS E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO NO VIGENTE ORÇAMENTO. (R\$ 600 MIL)

Parecer oral: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: A relatoria desse projeto ficou com o Sr. vereador Tarcísio Jardim, que proferiu seu parecer favorável à matéria. O Sr. Presidente da CCJRLP, vereador Thiago Lucena, abriu a discussão e houve consenso entre os presentes.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação (**):** favoráveis: 5; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 2.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Thiago Lucena, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

PLO 1822/2023

Autor: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA SEAD, SETUR E SECITEC ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO E DO REMANEJAMENTO NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 950 MIL)

Parecer oral: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. Presidente da CCJRLP, vereador Thiago Lucena, assumiu a relatoria e foi favorável à matéria. Houve consenso entre os membros da Comissão.

Votação (**):** favoráveis: 5; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes 2.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Thiago Lucena, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

PLO 1824/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, ALTERA O ANEXO III DA LEI MUNICIPAL Nº 14.559, DE 22 DE JUNHO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer oral: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O relator designado foi o Sr. vereador Bosquinho, que proferiu parecer favorável à matéria e, em seguida, o Sr. Presidente Thiago Lucena colocou o parecer para apreciação da Comissão. Houve consenso entre os membros.

Votação (**):** favoráveis: 5; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes 2.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Thiago Lucena, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Reunião Extraordinária da CFOOAP

PLO 1806/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA SEDEC/FUNJOPE ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 1MI).

Parecer oral: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, designou o Sr. vereador Márcilio do HBE para relatoria e o mesmo declarou seu parecer favorável à matéria. Houve consenso entre os membros presentes.

Votação (**):** favoráveis: 06 (Damásio Franca Neto, Mangueira, Emano Santos, Mikika Leitão, Márcilio do HBE, Marcos Henriques); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

PLO 1822/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA SEAD, SETUR E SECITEC ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO E DO REMANEJAMENTO NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 950 MIL).

Parecer oral: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, designou o Sr. vereador Mangueira para relatoria e o mesmo declarou seu parecer favorável à matéria. O Sr. vereador Marcos Henriques solicitou que a matéria fosse apresentada em tela. Houve consenso entre os membros presentes.

Votação (**):** favoráveis: 06 (Damásio Franca Neto, Mangueira, Emano Santos, Mikika Leitão, Marcílio do HBE, Marcos Henriques); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

PLO 1821/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA SECRETARIA DAS FINANÇAS E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO NO VIGENTE ORÇAMENTO. (R\$ 600 MIL).

Parecer oral: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, disse que seria o relator da matéria e declarou seu parecer favorável. Houve consenso entre os membros presentes.

Votação (**):** favoráveis: 06 (Damásio Franca Neto, Mangueira, Emano Santos, Mikika Leitão, Marcílio do HBE, Marcos Henriques); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

PLO 1824/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, ALTERA O ANEXO III DA LEI MUNICIPAL Nº 14.559, DE 22 DE JUNHO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer oral: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, designou o Sr. vereador Mikika Leitão para relatoria e o mesmo declarou seu parecer favorável à matéria.

Votação (**):** favoráveis: 06 (Damásio Franca Neto, Mangueira, Emano Santos, Mikika Leitão, Marcílio do HBE, Marcos Henriques); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Em seguida, o Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse que havia uma matéria para ser apreciada pela Comissão de Políticas Públicas, projeto de número 1665.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Pela ordem, o Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Esse projeto é fruto de uma discussão com o movimento de igualdade racial, com a Marcha da Negritude, com as pessoas que, realmente, têm uma preocupação muito grande e tem um acúmulo nessa defesa. Eu queria, nesse momento, saudar Marli, Nivaldo, Steve, Socorro, todos aqueles que, junto com o vice-prefeito Léo Bezerra – eu queria destacar também a ação positiva do vice-prefeito, já que essa coordenadoria está ligada à vice-prefeitura. Então isso é fruto de uma discussão democrática com o movimento, motivo pelo qual eu dou o meu parecer favorável e agradeço a essa Casa por ter colocado para votação no dia de hoje, nesse mês de novembro, que é um mês tão importante da luta pela igualdade racial”.

Nesse momento, o Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, passou o projeto para a presidente da comissão, senhora vereadora Eliza Virgínia.

A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia, disse: “Recebo o projeto, porém, nós não temos quórum para votar. Temos só o vereador Carlão, vereador Marcos Bandeira e eu. Os outros componentes seriam Chico do Sindicato, vereador Guga e vereador Milanez”.

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Então, infelizmente o projeto está prejudicado. Vamos votar os outros projetos que já têm parecer, para voltar para a pauta”.

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 15: PLO 1810/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO BANCO DE BRASÍLIA - BRB, OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 16: PLO 1821/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA SECRETARIA DAS FINANÇAS E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO NO VIGENTE ORÇAMENTO. (R\$ 600 MIL)

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ITEM 17: PLO 1822/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA SEAD, SETUR E SECITEC ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO E DO REMANEJAMENTO NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 950 MIL)

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 18: PLO 1806/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA SEDEC/FUNJOPE ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 1MI)

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 19: PLO 1584/2023

Autoria: Vereador Junio Leandro

Assunto: DISPÕE SOBRE O DIREITO DA MULHER DE TER ACOMPANHAMENTO NAS CONSULTAS E EXAMES, INCLUSIVE GINECOLÓGICOS, NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE SAÚDE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de voto: O Sr. vereador Junio Leandro disse da felicidade da aprovação do projeto e afirmou ser um momento histórico e que o acompanhante nas consultas e exames poderá coibir a violência obstétrica. O Sr. vereador Bispo José Luiz parabenizou o projeto e disse: “Com certeza isso vai impedir muito das notícias que vemos de abuso, principalmente quando as mulheres estão anestesiadas. O prefeito Cícero, com certeza, não vai se furtar de sancionar um projeto de grande relevância”. O Sr. vereador Carlão parabenizou e disse que o projeto traria maior respeito para as mulheres.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, antes das declarações de voto ao PLO 1584/2023, passou a presidência dos trabalhos para o Sr. vereador Carlão Pelo Bem.

Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem, antes de dar continuidade à Ordem do Dia, destacou requerimento de sua autoria, apresentado e aprovado naquele dia, que trata da realização de sessão especial, no dia 27 de novembro, segunda-feira, às 14h, para debater sobre “Crenças e Cidadania – Fé, Política e Juventude”. Convidou os vereadores e toda a população a se fazerem presentes na ocasião.

Reunião Extraordinária da CPP

PLO 1824/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, ALTERA O ANEXO III DA LEI MUNICIPAL Nº 14.559, DE 22 DE JUNHO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer oral: favorável da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia, disse: “Presidente, recebo o projeto de número 1824, que cria a Coordenadoria da Promoção da Igualdade Racial, altera o Anexo III da Lei Municipal nº 14.559, de 22 de junho de 2022. Estão presentes para abertura vereadora Eliza Virgínia, vereador Carlão, vereador Guga e vereador Marcos Bandeira. Como não está aqui o vereador que foi indicado para fazer o parecer, eu tomo para mim o parecer e vou falar aqui do parecer do projeto. Senhores, esse projeto alterou o projeto que antes existia a Coordenadoria da Promoção da Igualdade Racial junto com a Coordenadoria do Movimento LGBTQIABCD, o alfabeto inteiro, porque eu não sou obrigada a decorar todas as letras que compõem o movimento. Eu já era contra a coordenadoria, e agora também sou contra a criação da Coordenadoria Municipal das Políticas de Igualdade Racial, como também, do movimento LGBT, por quê? Vocês têm que entender que esse projeto cria também cargos, num dos seus artigos está criado quem vai dirigir, quem vai secretariar, tem vários cargos que são criados, ou seja, aumento da máquina pública, aumento de gasto do governo. Afora isso, eu vou citar aqui, e no meu tempo de relatoria eu tenho um tempo suficiente, o que aconteceu agora na seleção dos projetos da lei do edital Paulo Gustavo do Estado. Promoção dos projetos selecionados por categoria: 19 projetos sem pontuação extra, mas com cotas; 15 projetos sem pontuação extra ou cotas, sendo que de empresa; 204 projetos com pontuação extra e/ou cotas, que significa R\$ 12.337.942,00, o total equivale a 85% dos projetos, mais 8% dos projetos que foram selecionados que tem cota/ponto extra. Não adianta, por exemplo, um homem branco, hétero, tirar 10, como esse aqui que mandou a carta no grupo das pessoas, o nome dele é Tarcísio Pereira, editor, ator, diretor, roteirista, militante cultural, responsável por ajudar 137 municípios da Paraíba que não sabiam sequer escrever um edital, sem jamais cobrar um único centavo de quem quer que seja, responsável por ajudar tantos artistas a terem seus projetos aprovados desde a lei Aldir Blanc e que não tem tido sorte nos seus próprios projetos. Coitado, eu não tenho por que defender esse homem, também é progressista, esquerdista, mas eu sou justa, sabe qual é o erro dele? O pecado dele, deixa eu dizer aqui, ele mesmo escreveu: ‘*Não tenho culpa de não ser negro, não tenho culpa de não ser mulher, não tenho culpa de não ser PCD, não tenho culpa de não ser cigano, não tenho culpa de não ser indígena, eu só tenho uma única culpa, minha máxima culpa, é a minha condição de ser homem, branco e hétero, porque, se analisarmos bem, essa é a única categoria que ficou de fora. Mesmo tendo obtido a nota máxima, como foi o meu caso e de tantos outros com nota 10*’. Sabe quem ganhou? É quem tirou 11. Não adianta ser melhor, não



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

adianta ser o máximo, não adianta ser um artista como ele aqui. *‘Meu tempo é aqui e agora, sou totalmente a favor de dividir, mas falei dividir, não pagar a dívida da totalidade. Estou de acordo com as ações afirmativas previstas na lei, mas desta vez o Estado da Paraíba pisou na bola apenas para posar de bom santo e fazer figurinha de inclusão’*. E aí ele vai falando”. Na presidência, o Sr. vereador Carlão solicitou para que a Sr.^a vereadora Eliza Virgínia fosse mais breve nas suas explanações, pois ainda havia projetos a serem votados. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia prosseguiu: “Sr. Presidente, estou como presidente da Comissão de Políticas Públicas e estou como relatora, eu vou ter que dar o tempo necessário para que os meus pares entendam qual é a desnecessidade de uma coordenadoria para promover esse tipo de exclusão. Estamos incluindo ou estamos excluindo? Só porque elas são héteros? Só porque elas não são gays? Só porque elas não são pretas? Só porque não são ciganas? Mas que tem obras magníficas, maravilhosas, aqui não entrou nenhum projeto cristão. Não pode! É proibido! Como é que se proíbe? Como é que se desacultura uma sociedade? É criando leis excludentes. Se você é mulher, é cristã, ah, você não está dentro de uma cota. Está na cota de mulher, mas não está na cota de lésbica, não está na cota de cigana, não está na cota de índia. Se você é homem, mas não está em certas outras cotas, coitado, meu filho, você é branco, você trabalha muito bem, canta muito bem, escreve muito bem, ajudou muita gente, mas você ficou de fora e aqui coordenadorias desse tipo promovem esse tipo de política de exclusão. Portanto, senhores vereadores da Comissão de Políticas Públicas, meu parecer não é favorável, é desfavorável e passo agora para discussão”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Como vice-presidente da Casa, assumindo a presidência da sessão, e membro da Comissão de Políticas Públicas, eu quero falar um pouco do projeto, até mesmo porque eu tenho voz na comissão. Primeiro, eu entendo as políticas de exclusão, eu entendo quando uma secretaria é criada para privilegiar alguns e não dar prestígio a outros. Eu entendo também que existe o uso de uma pauta da esquerda sobre o racismo cultural, o racismo de várias formas. Infelizmente, esse erro é um erro de se apropriar inapropriadamente de pautas da humanidade, como é o caso do racismo ou do movimento LGBT, isso não se deve à política utilizada, e sim ao movimento esquerdista que se apropria de pautas que não são dele e passam a ser pautas da sociedade. Como membro da comissão, eu quero apenas entender que não houve gastos da Prefeitura e eu vou me ater a formas técnicas. Não houve gasto da Prefeitura para criação dessa coordenação, não houve gastos do chefe do Executivo ao criar essa coordenadoria. Ela pegou uma coordenadoria existente, dividiu em duas, essa é a política do chefe do Executivo, posso até discordar, mas, em razão de não ter havido gastos nesta coordenação, o meu voto vai ser discordando do parecer de V. Ex.^a, apesar de pensar muito semelhante, eu quero agir de maneira técnica. Por não ter havido gastos financeiros, recursos públicos apartados na criação desta coordenadoria, eu voto divergente do parecer de V. Ex.^a, de maneira que V. Ex.^a agora pode passar para os demais membros para discussão e votação”. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto solicitou que fosse lido o projeto. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia leu a ementa do projeto e reiterou seu posicionamento como relatora contrária à matéria. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Tenho meu juízo de valor e vou acompanhar o relatório do vereador Carlão e vou votar favorável à matéria. Acho importante a gente fortalecer, através desse projeto, uma classe social excluída durante anos e anos, e eu acho que se a gente tiver divergências, como V. Ex.^a apresenta, a gente tem que fazer a discussão dos casos específicos, mas eu não posso tirar direitos porque em algum outro momento algum já foi tirado. Então, eu voto favorável ao projeto, votando divergente de V. Ex.^a, e vou acompanhar o voto do vereador Carlão”. O Sr. vereador Carlão fez novamente a leitura da ementa da matéria.

Votação (**):** favoráveis: 01 (Eliza Virgínia); contrários: 03 (Carlão Pelo Bem, Fernando Milanez Neto, Marcos Bandeira); abstenções: 00; ausentes: 03 (Chico do Sindicato, Zezinho Botafogo, Guga).



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Situação: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia, declarou derrubado o parecer contrário e aprovado o parecer favorável à matéria.

Declaração de voto no âmbito da CPP: A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Eu continuo com o meu parecer, logicamente. Vou somente justificar mais uma vez meu voto. O projeto cria, olha só, gostaria de silêncio, por favor, o projeto cria a Coordenadoria Municipal de Promoção à Igualdade Racial. No entanto, se você for na Coordenadoria, você não vê, praticamente não posso dizer. A lei está dizendo: Constitui princípios da Coordenadoria Municipal de Promoção à Igualdade Racial: universalização dos direitos sociais e as políticas públicas em prol da população comunidade negra e das comunidades tradicionais quilombolas, ciganas e de religiões de matriz africana, indígena. Me diga, me digam os senhores, qual é a igualdade racial? Eu não sou raça, vereador Milanez, o senhor não é raça, porque nós somos brancos, ou quase branca, eu não sou branca, eu sou parda, eu me considero parda. E aí daquele que diga que eu não sou parda, porque eu me considero parda. Eu me vejo como parda, mas há quem diga que eu sou branca, há quem diga que você é branco, Gasparzinho, vereador Milanez. Há quem diga, vereador Marcos Bandeira, que o senhor é branco. Há quem diga, vereador Carlão, que o senhor é branco. Nós estamos aqui aprovando uma *fake news*. Não se trata de igualdade racial. Se trata de exclusão de pessoas. Eu sou humana. Eu sou da raça humana e pela Constituição, que rege e que diz que todos nós somos iguais perante a lei, continuo com meu voto contra, mas considero e declaro aprovado o projeto, que cria essa Coordenadoria. E passo, agora sim, ao plenário. Muito obrigada”.

PLO 1665/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: ALTERA E ACRESCE ARTIGOS À LEI ORDINÁRIA Nº 12.400, DE 5 DE JULHO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer oral: favorável da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Estabelecido o quórum da CPP, a Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Recebo o projeto em tela e os meus argumentos são praticamente os mesmos do projeto que criou a coordenadoria do movimento da igualdade racial – que não é igualdade, da desigualdade social. No outro projeto também tinha esse artigo: *A Coordenadoria Municipal de Promoção dos Direitos da Cidadania da População* – vou ler agora porque, como eu não decoro, mas, lendo, dá pra entender – *LGBTQIAP+*, *será constituída dos seguintes cargos: coordenador-geral, dois cargos de assessor especial, DAE-2 – coordenador-geral é DAE-1 – um cargo de assessor especial de projetos, de símbolo DAE -2; dois cargos de assessor técnico de promoção de cidadania DAE-2; um cargo de assessor jurídico, símbolo DAE-2.* Quem disser que isso não vai onerar os cofres públicos... o Brasil já está com déficit fiscal imenso... aí vai melhorar, aumentar o déficit fiscal. Porém, levando em consideração o meu parecer, o meu parecer também é contrário pelos mesmos motivos que eu fiz o parecer contrário do projeto anterior, destacando que, corroborando com o projeto anterior, no edital, agora que saiu o resultado, nós vamos ter os seguintes tipos de projetos que foram aprovados com o número 11, com pontuação 11: ‘*Anjo Pagão, Que Trabalho Do Cão, Quem Vê Close Não Vê Corre, Sudário Negro, Festival Roliúde Queer, Terreiros de Candomblé de João Pessoa, Oba Olu Ofá, Iaô De Oxum, Novo Álbum de Helô*’, entre outros. ‘*Canto humanizado, aulas de canto para pessoas LGBTQIA+*’ – aqui está LGBTQIA +, não está com a nova sigla. Então, assim, não tivemos direito, as pessoas cristãs, as pessoas brancas, hétero, e nenhum tipo de projeto cultural na linha cristã tiveram direito a esses mais de doze milhões de reais – na verdade treze milhões, o edital Paulo Gustavo. Nós não temos direito se for hétero, se for branco e, principalmente, se for homem, mesmo tendo todas as condições de entrar num projeto como esse, de participar de um projeto como esse. Isso é fruto de trabalho feito nesses tipos de coordenadoria: promoção do movimento, promoção não da igualdade, mas da desigualdade



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

racial e promoção dos direitos da cidadania da população LGBTQIAP+. Tem mais? Tem um N? Mas ali no projeto não tem. Eu acho que o projeto tem que voltar para ser corrigido, não acham? Porque está com erro de nomenclatura. LGBTQIAP+. Olha lá gente, o projeto está errado, inclusive, está sendo descortês, está desrespeitando – você disse uma letra aí. N. quem é N? Mas, assim, como os pansexuais estavam ofendidos por não participar da sigla, o N deve estar ofendido. Então, gente, vocês que são do N, podem entrar na Justiça, porque o projeto está errado. Porém, já dei meu parecer favorável, vamos partir para discussão”. O Sr. vereador Carlão disse: “Vereadora Eliza, pela primeira vez nesta Casa, eu estou vendo o presidente da comissão conduzir todo o período da sessão. Vereadora Eliza, vou só devolver a V. Ex.^a para ser mais clara no parecer”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Meu parecer é contrário à criação da Coordenadoria-Geral de Promoção aos Direitos”. O Sr. vereador Carlão disse: “Como membro da Comissão de Políticas Públicas, como não existe gasto por parte da Prefeitura, pelo menos até onde eu sei, uma secretaria foi dividida em duas e foi para duas coordenadorias, em razão disso, por não haver gasto público, eu divirjo mais uma vez de V. Ex.^a, de modo que eu divergir, se o movimento LGBT conseguiu fazer com que a Prefeitura criasse essa coordenadoria”. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Eu preciso abrir divergência. Primeiro, a gente precisa tentar fazer com que as pessoas sofram menos. A gente não está aqui fazendo apologia à sexualidade de quem quer que seja. Na verdade, vereador Carlão, nós que somos héteros não sofremos preconceito, não sofremos exclusão social, e quando a gente vê uma Coordenadoria dessa daí, não é para estimular, eu acho que é muito mais para dialogar, debater políticas públicas para uma classe que foi excluída ao longo do tempo, isso é fato, não sou eu que estou dizendo, isso aí é a realidade que o mundo sempre viu de pessoas que sofreram ao longo do tempo a exclusão. De forma muito prática, vereador Carlão, V. Ex.^a já esclareceu que não tem custo algum, apenas está desmembrando duas coordenadorias de uma atual secretaria, então eu vou abrir divergência também e vou votar favorável à criação dessa coordenadoria”.

Votação (**):** favoráveis: 01 (Eliza Virgínia); contrários: 03 (Carlão, Marcos Bandeira, Milanez Neto); abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia, declarou derrubado o parecer contrário e aprovado o parecer favorável à matéria.

Na presidência, o Sr. vereador Carlão pediu contagem de quórum.

Na secretaria dos trabalhos, o Sr. vereador Bosquinho colocou que as etapas de votos das Comissões haviam sido vencidas e disse: “Na próxima sessão que for reestabelecido o quórum, que a gente possa fazer a votação. Então todos os projetos foram aprovados, agradecer aos vereadores que ficaram até este horário”.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Junio Leandro disse: “Deve ser a quarta questão de ordem que peço em relação a esse tema, a respeito de um projeto de lei de nossa autoria que fala sobre a autorização dos donos de *pet shop* transitar com animais que estão se deslocando para fazer procedimento na faixa exclusiva para ônibus. Esse projeto foi vetado fora de prazo e, regimentalmente falando, ele tinha que ter virado lei de forma tácita por esta Casa. O prefeito mandou o veto atrasado. Gostaria que a técnica legislativa mais uma vez dedicasse atenção a este projeto”.

Na presidência, o Sr. vereador Carlão disse: “Penso que V. Ex.^a pode fazer o encaminhamento dos seus argumentos por escrito à Procuradoria. Se já foi feito, agora é aguardar o parecer e, caso se sinta



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

injustificado, demandar contra a situação. Acima de tudo, o projeto de lei do vereador deve ser respeitado em todos os sentidos e sinais”.

Não apreciadas as seguintes matérias por falta de quórum:

ITEM 20: PLO 1629/2023

Autoria: Zezinho Botafogo

ITEM 21: PLO 1647/2023

Autoria: Vereador Carlos Gustavo – Guga

ITEM 22: PLO 1661/2023

Autoria: Vereadora Raíssa Lacerda

ITEM 23: PLO 1662/2023

Autoria: Vereadora Raíssa Lacerda

ITEM 24: PLO 1665/2023

Autoria: Executivo Municipal

ITEM 25: PLO 1792/2023

Autoria: Executivo Municipal

ITEM 26: PLO 1824/2023

Autoria: Executivo Municipal

ITEM 27: PDL 197/2023

Autoria: Mesa Diretora

ITEM 28: RECURSO 08/2023

Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem

ITEM 29: RECURSO 09/2023

Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem

ITEM 30: RECURSO 10/2023

Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

1º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Marcílio do HBE, disse: “Pessoal, eu volto aqui com o tema, até porque os proprietários de escola, eles têm esse grande sentimento, eu não vou dizer de prejuízo, mas de falta de respeito, por falta de respeito dos pais que utilizam o serviço. E um dos serviços, eu acredito, mais



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

essenciais na vida do cidadão é a educação. Muitos deles, eles se aproveitam que, infelizmente, a Lei Federal nº 9.870/1999, que norteia o assunto, que é de qualquer constrangimento que a criança sofra, através da escola. Mas não tem constrangimento maior que a criança sofra, aquele constrangimento que ele sabe, independentemente da idade do adolescente e da criança, ele sabe o quanto o pai está errado, mas ele não pode dizer que o pai dele está errado porque, infelizmente, ou felizmente, ele tem que respeitar e tem que seguir a orientação do seu pai. Mas, a escola fica num tremendo prejuízo, até porque a escola é recolhedora de imposto e recolhe pelo número de alunos matriculados, recolhe pela arrecadação programada que está lá. Portanto, eu volto a falar desse assunto quando eu vejo uma nota dessa do Procon, e quero dizer que não é nada pessoal contra Rougger, contra Júnior Pires. Não é nada pessoal contra ninguém. É apenas defendendo aqui essa parte da sociedade que tem tanta responsabilidade todos os dias na formação do caráter, da aprendizagem, na formação humana do cidadão, que é justamente a escola. Mas quero dizer também que na defesa de qualquer projeto, na defesa de qualquer situação, a gente respeita qualquer ponto de vista de qualquer colega que vem aqui a essa tribuna dizer que é uma lei, é uma lei nacional, é uma lei que defende, mas que a gente precisa ter o sentimento de que o pai de hoje, ele precisa ser responsabilizado pela sua negligência familiar. Quando você coloca seu filho numa instituição de ensino privada é porque você sabe que àquela instituição de ensino você vai ter que pagar e vai ter que cumprir com as suas obrigações. Portanto, você tem várias opções de categoria de escola. Você tem escola cara, você tem escola mais barata, você tem escola mediana, e aí você vai e faz aquela sua condição de você honrar, de você respeitar o serviço que é prestado pela instituição ao seu filho. Portanto, quando a gente vê uma nota dessa, que diz que a escola fica proibida de coletar dados de informação, sejam os dados pessoais, sejam dados informativos de contatos, sejam os dados de documentações do seu responsável, a gente vem falar aqui também que, quando você vai abrir qualquer crediário, em qualquer segmento, você precisa informar seus dados, seus dados legais de cumpridor, de que você é responsável e de que você honra. Portanto, eu quero voltar a esse assunto aqui e dizer que sou contra, sou contra essa nota do Procon. Quero dizer que as escolas da cidade de João Pessoa têm o meu apoio, têm o meu apoio de ser contra essa nota e vou na discussão até o fim dizendo que a escola deve, sim, cobrar dos pais, do responsável o recebimento, a apresentação de quitação do recibo da anuidade escolar da escola passada, porque a gente precisa saber que o serviço prestado pela escola tem que ser remunerado quando é do segmento privado. E o pai que não tem a condição, hoje nós temos aqui, na cidade de João Pessoa, através da Prefeitura Municipal de João Pessoa, grandes escolas, grandes reformas que são executadas pelo prefeito, uma oferta de um processo educacional bastante avançado e que o pai tem, justamente, a opção de colocar seu filho nessas escolas quando você não pode pagar. Mas, você incentivar, você mover uma nota onde você faça todo um apoio ao carrossel do calote, eu sou contra. Eu sou contra o carrossel do calote no aluguel, eu sou contra o carrossel do calote na aquisição de um veículo, eu sou contra o carrossel do calote numa cirurgia, na saúde, seja onde for. Portanto, eu deixo aqui a minha indignação com essa nota e volto a dizer: dono de escola privada, conte com o mandato do vereador Marcílio do HBE nesta Casa para a luta, todos os dias. Que a gente possa estar todo dia unido, lutando pelo seu direito porque, se não fosse o seu direito, Marcílio do HBE não estaria aqui lutando. Portanto, muito obrigado, meus colegas”.

Na presidência, o Sr. vereador Carlão pelo Bem disse: “Dizer que sempre, nesse diálogo de escola, educação, V. Ex.^a tem um grande conhecimento. O melhor é a mediação. Acredito que, sim, pode se chegar a melhor solução para as escolas e para os pais que tanto se esforçam para levar seus filhos para uma educação melhor, que leve um futuro maior para os seus filhos, para a sua família”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

2º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Marcos Henriques, disse: “Dizer ao pessoal que está acompanhando pelas redes sociais que esse tema, nós vamos votá-lo na próxima terça-feira. Mas eu queria dizer que esse tema da igualdade racial, da Coordenadoria da Igualdade Racial, é um tema que nós discutimos de maneira muito séria com o vice-prefeito Léo Bezerra, por várias vezes. Um tema tão importante, necessário, que era essa reivindicação histórica do movimento, de desmembrar a Coordenadoria LGBTQIAPN+ da Igualdade Racial e, finalmente, chegou na Casa. Eu não esperava outra coisa da vereadora Eliza, não esperava outro posicionamento. A cidade de João Pessoa já sabe do posicionamento dela, uma pessoa que tem em seu fazer político algo que eu abomino, questão do preconceito racial. Talvez ela não saiba o que é o racismo. A gente precisa entender o que é o racismo, e o racismo é uma forma de violência criada pelo capitalismo. É justificada por ideais de dominação de uma raça sobre outra. É daí que a gente vê a questão do racismo estrutural, que ele se apresenta em vários fatores. A questão, por exemplo, nos aspectos econômicos: desigualdade do sistema tributário brasileiro – os dados do IPEA 2021, a população negra recebe salários menores, mas, mesmo assim, é a população que mais paga imposto. Questão política: desigualdade na ocupação de cargos. E aí tem as outras questões, são situações hipotéticas, desconfiança, não é? Eu vou passar só um vídeo aqui pra vocês verem do que eu estou falando, pra que a população entenda o que estou falando de racismo estrutural”. Em seguida, foi apresentado um vídeo que mostra a diferença no comportamento das pessoas ao se depararem com um cego preto e com um cego branco. No vídeo, um narrador descreve as imagens dizendo: *“Olha só esse experimento, um cego preto e um branco, vamos ver o que vai acontecer. Olha só, veja que o cego branco é bem recebido, o cego preto, o rapaz tira. O branco, agora, vai receber um sorriso da moça, inclusive. Olha só o experimento de um cego branco que é bem recebido, aceito, e o cego preto é desprezado. Repare que o cego preto em nenhum momento é bem recebido pelos transeuntes que passam ali e ajudam o cego branco. Já o cego preto, este aí é colocado de lado, é repudiado. As pessoas não querem nem saber se ele é cego ou se ele é preto. Já o cego branco, como vocês podem muito bem perceber, ele é muito bem aceito. O cego preto é sempre rejeitado”*. Em seguida, o vereador continuou: “Esse é um simples exemplo do racismo estrutural, a questão da aversão. E aí a gente vê o débito, o déficit político que nós temos com esse segmento. As 3.171 mortes por algum tipo de envolvimento policial, 87% eram negros e negras. Então, quando eu vejo posicionamento como esse, dizer que é uma questão de exclusão sem você analisar todo o aspecto histórico do nosso país, eu lamento muito. E aí, eu queria parabenizar aquelas pessoas que discutem, de maneira coletiva, uma pauta tão importante. A Marcha da Negritude é um exemplo muito claro disso aí. Falar nisso, amanhã de manhã estaremos na Assembleia Legislativa debatendo esse tema. E nesse mês de novembro, que é o mês da consciência negra, o mês de combate ao racismo, nós vemos cenas como essa que a gente acabou de ver aqui na Câmara Municipal. É de arrepiar. Vocês que assistiram a isso, eu convido pra que terça-feira todo mundo esteja aqui na Câmara, pra presenciar esse momento de aprovação de uma coordenadoria que vem para combater esse tipo de coisa que vocês viram aqui na Câmara hoje. E eu queria parabenizar os vereadores da Comissão de Políticas Públicas que, mesmo tendo uma tendência – eu estava ali, eu não sou da Comissão de Políticas Públicas, eu estava aperreado pra falar. E aí eu vejo uma luz, uma coisa positiva quando a gente vê, por exemplo, vereador Carlão, que a gente pode até discordar de muita coisa, mas ele teve a sensibilidade de entender o projeto e saber a necessidade da gente poder defender as minorias, vereador Marcos Bandeira, Milanez. Então é importante que a gente possa estar entendendo do que se trata. A Coordenadoria LGBTQIAPN+ é uma coordenadoria importante que existe e tem um trabalho bacana. E eu queria aqui reconhecer todo o esforço que Léo Bezerra tem feito pra poder dar espaço a esses segmentos, que é um segmento considerável da nossa população. Na questão LGBTQIAPN+, você



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

tem 273 mortes violentas, mortes por ódio. Você não é obrigado a estar convivendo com uma pessoa que tem essa característica diversa que não a sua, mas você precisa respeitar. Das 273 mortes, todas elas, tirando 30 que foram suicídios, todas elas, 240 foram mortes violentas, mortes por ódio, mortes por não aceitação da condição sexual daquela pessoa. Isso é lamentável que exista no nosso país, e são coordenadorias como essa que vão fazer, que vão levantar, que vão criar políticas públicas pra que as pessoas entendam que a responsabilidade e a orientação sexual cabe a si próprio. Você não é obrigado a aceitar, você tem que conviver com aquelas pessoas e tem que entender que a diversidade é algo muito presente no nosso Brasil. O nosso Brasil é um país multicultural, é um país que abraça todas as culturas. E através dessa discussão e da criação de mecanismos como, por exemplo, o Observatório Social, o Observatório da Negritude – que foi constituído aqui, em audiência pública que eu tive o prazer de estar, o nosso mandato vai estar acompanhando junto ao Observatório, junto agora à questão da Coordenadoria Racial, políticas que venham favorecer, que venham diminuir essa diferença social que existe, que venha poder estar orientando e formando as pessoas, no que diz respeito à humanidade. Todos nós somos seres humanos e nenhum ser humano merece ser discriminado, merece preconceito. E isso que vocês viram faz pouco tempo. Nós temos um país preconceituoso, nós temos ainda esse tipo de mentalidade, e que só vai ser quebrada com o poder público podendo estar contribuindo com esse debate. E nós, como parlamentares, estarmos sabendo que essa contribuição é extremamente necessária pra que os seres humanos, pra que nós possamos viver em harmonia. E isso não é só aqui no plenário da Câmara, é também nos campos de futebol. Quem não viu a questão do Vini Júnior sendo assediado através do preconceito racial? Eu queria, por fim, convidar todo o pessoal, não só o pessoal da igualdade racial, da nova coordenadoria que vai surgir na terça-feira, mas também convidar o pessoal LGBTQIA+, que tiveram no último domingo uma grande festa na parada lá na Praia de Tambaú, que possa também estar aqui pra expressar solidariedade e, juntos, construirmos dias melhores pra o nosso povo. Valeu, gente, obrigado, parabéns a todos e todas que construíram essa coordenadoria que vai ser referendada na próxima terça-feira, num mês tão importante que é o mês de novembro, o mês contra o preconceito racial, que defende a igualdade racial”.

Na presidência, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem, disse: “Parabéns, Marcos. Acho que o mais importante do debate é isso: é você poder defender o que acredita, agir com imparcialidade, mas sempre apontando para o melhor da cidade de João Pessoa”. Em seguida, passou a presidência ao Sr. vereador Marcos Henriques e se dirigiu à tribuna.

3º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Carlão Pelo Bem, disse: “Teremos, na próxima segunda-feira, um debate importante aqui na Casa, iremos debater crença e cidadania, iremos debater política e juventude. Eu digo isso porque esta Casa precisa ir além dos assentos dos vereadores e ouvir a população sobre todas as mudanças que a sociedade tem passado, o desrespeito à fé cristã, a falta de condução de uma política que pense na cidade e nas pessoas, política que seja menos partidária e mais humana. E o debate que nós teremos aqui na próxima segunda-feira, às 14 horas, na Câmara Municipal de João Pessoa, debatendo política, fé e juventude, traz isso, debatendo crença, debatendo religião, debatendo movimentos e momentos importantes para a sociedade. A população precisa fazer parte dessa política, da construção dessa João Pessoa melhor. Então faço esse convite, hoje, a todos os jovens conservadores, a todos os jovens cristãos, a todos aqueles que querem fazer a boa política, independente da sua religião, ou da sua denominação, que você possa fazer parte desse debate, contribuindo, porque tudo o que a gente debater aqui será colocado numa pauta e nós apresentaremos



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

políticas públicas necessárias para a defesa da fé, dos ataques que o cristianismo vem sofrendo tanto, para a defesa de uma política que se volte mais às pessoas das cidades e menos às políticas partidárias ou ideológicas de João Pessoa. A gente precisa debater as falhas em João Pessoa, as melhorias que João Pessoa pode chegar. João Pessoa merece e precisa estar à frente desse grande movimento que é o crescimento do Nordeste. Você que quer debater fé, política e juventude seja bem-vindo para tratar de crença e cidadania. Mas eu queria também falar sobre um dos grandes eventos que aconteceu na nossa cidade, ainda no dia de ontem, onde esteve presente as grandes forças conservadoras do Brasil. Ontem, conservadores se reuniram debatendo um grande projeto, um projeto para a cidade de João Pessoa. A presença de Marcelo Queiroga, a presença de Gilson Machado, a presença do General Braga Netto, homens de grande importância, de grande relevância no debate conservador. Ministros de Bolsonaro que enfrentaram um grande desafio de fazer com que o Brasil, a nossa João Pessoa, a nossa Paraíba continuar seguindo para frente e para o alto. Como foi bom, ontem, ver homens experientes que estavam controlando pastas que se aproximavam de um trilhão de reais, como foi o caso do ministro Queiroga, que assumiu a Saúde e, com imensa dificuldade, num tempo de pandemia, onde ninguém acreditava que um paraibano iria ajudar, resolver, contribuir para que brasileiros, pessoenses e paraibanos viessem a óbito em razão da Covid-19. Como foi importante ver homens que estavam ali tratando da cidade de João Pessoa, contribuindo com a sua experiência profissional. Tabela conseguiu isso que a gente consegue ver isso em uma política que se volta para o melhor das pessoas, que dá oportunidade essa política hoje é representada assim pela direita. Ontem o conservadorismo brindou a cidade de João Pessoa e vento forte, firme. Ontem, o conservadorismo brindou a cidade de João Pessoa, um conservadorismo forte, chamando as pessoas para que apresentem um grande projeto do Partido Liberal. Assim caminha o PL na cidade de João Pessoa e no Brasil. Parabéns a todos os envolvidos, de forma especial a Marcelo Queiroga, que conseguiu trazer forças, ministros, a presença de maneira remota do ex-presidente Bolsonaro falando do Brasil, da Paraíba, de João Pessoa. Teremos um grande debate, onde quem vai vencer não serão as ideologias, serão as melhores propostas, e nós iremos apresentar ao povo de João Pessoa um dos grandes projetos para a cidade, e isso envolve sim um avanço dentro do Nordeste, nós estamos apresentando para João Pessoa, para a Paraíba e para o Brasil, para o nosso Nordeste, um projeto liberal, um projeto que cuide da família, um projeto que cuide das pessoas, nós precisamos que o dinheiro do povo trabalhador e contribuinte se volte para aqueles que precisam de educação, de escola, que precisam de um bom atendimento, que precisam de uma estrutura, que precisam de um bom saneamento, que precisam ser acolhidos pela cidade. Fico feliz por fazer parte desse grande projeto para nossa cidade e para a nossa Paraíba. Eu quero trazer aqui, antes de concluir, mais uma vez falando de insegurança jurídica, aonde ela está? Mais uma vez falando aqui das perseguições que nós conservadores estamos passando. Ontem foram soltas mais pessoas presas indevidamente, sem compromisso com o devido processo legal, ontem foram soltos mais patriotas. Eu quero agradecer à TV Câmara, que foi até o evento, entregando a medalha ao nosso General Braga Netto, a Medalha Cidade de João Pessoa. Muito obrigado à TV Câmara e a todos que estavam presentes nesse grande evento, a todos os conservadores que puderam estar presentes. Agradecer a todos os conservadores, a todos que pensam que o Estado deve ser menor e deve procurar atender a mulher, o homem, a família, aquele que acredita que o Estado não tem que ser grande, inchado, para fazer política, ele tem que ser grande para acolher e atender as pessoas que precisam e dar resposta aos pagadores de impostos. O PL, hoje, traz e vem com a grande missão de defender o Brasil, a Paraíba e João Pessoa. Que Deus nos abençoe”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

4 ENCERRAMENTO

Às 12h52, na presidência, o Sr. vereador Marcos Henriques declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 23 dias do mês de novembro do ano de 2023.

Vereador Valdir José Dowsley –
Dinho (AVANTE)

Presidente da Mesa

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira –
Marcílio do HBE (PATRIOTA)

Primeiro-Secretário